

**HABEAS CORPUS Nº 532.252 - SP (2019/0268845-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO - SP074389  
ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA - SP225178  
THIAGO FELÍCIO DE OLIVEIRA LIMA - SP400794  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : THIAGO JOSE ALVES MOREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de THIAGO JOSÉ ALVES MOREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação n. 3010468-26.2013.8.26.0451.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, como incurso nas sanções do art. 304, *caput*, c/c o art. 297, *caput*, ambos do Código Penal (uso de documento falso e falsidade de documento público), à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, mais 11 dias-multa, em regime inicial semiaberto.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

*Uso de documento falso - Apelo defensivo buscando a absolvição por atipicidade do fato por ausência de lesão ao bem jurídico tutelado ou por insuficiência probatória. Subsidiariamente, requer a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea; aplicação da causa de diminuição prevista no artigo 16 do Código Penal (arrependimento posterior); abrandamento do regime prisional - Descabimento – Tipicidade configurada - Materialidade e autoria que restaram suficientemente comprovadas - Impossibilidade de compensação entre a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, pela retratação desta em juízo e pela preponderância da reincidência nos termos do artigo 67 do Código Penal - Inviável o reconhecimento do arrependimento posterior eis que não houve reparação do dano - Inviabilidade de abrandamento do regime prisional - Recurso desprovido (fl. 16).*

# Superior Tribunal de Justiça

Dáí o presente *writ*, no qual o impetrante retoma as teses apresentadas em sede de apelação, quanto à atipicidade da conduta, negativa de autoria e necessidade de revisão da dosimetria. Afirma ser caso de aguardar o trânsito em julgado da condenação, ressaltando existir julgamento em sede de agravo em recurso especial pendente.

Requer, em liminar e no mérito, a suspensão dos efeitos da condenação, a fim de que permaneça livre.

Medida liminar indeferida conforme decisão de fls. 68/70.

Informações de fls. 74/128 e 133/135.

Parecer ministerial de fls. 137/141 pela denegação do *writ*.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Para melhor compreensão da controvérsia, são estes os pertinentes fundamentos do aresto hostilizado:

"[...]

*A falsidade do documento consistiu, portanto, na substituição da fotografia original pela do réu, que utilizou o documento para omitir sua verdadeira identidade, já que havia contra si mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Criminal desta comarca (autos nº 1240/08).*

*A materialidade restou evidenciada através da portaria (fls.02), boletim de ocorrência (fls.03/04), auto de exibição e apreensão (fls.05/06), laudo pericial documentoscópico de fls. 42/48, que constatou ser o espelho do documento verdadeiro, sem poder constatar a autenticidade formal. As fotografias de fls. 34 e 48 também confirmam a falsidade.*

(...)

*Vemos, assim, que a prova resultou clara e tranquila, merecendo inteira credibilidade a versão ofertada pelo policial militar em juízo, formando uma boa e robusta prova incriminadora.*

(...)

*Assim, diante da prova colhida nos autos, especialmente o depoimento do policial que efetuou a prisão em flagrante do acusado, bem como o laudo pericial de fls.142/144 e fotografias de fls. 34 e 48, atestando a falsidade ideológica do documento, ficou demonstrado ter o acusado feito uso de documento falso, fato inclusive confirmado por ele na fase policial.*

*A conduta do agente subsume-se perfeitamente ao tipo penal previsto no artigo 304 do Código Penal, já que ao ser solicitado que apresentasse os documentos aos policiais, fez uso do RG sabidamente falsificado. (...)*

*Ademais, não se pode falar que a conduta do agente em utilizar de documento falso, em virtude de mandado de prisão expedido em seu desfavor, constitua mero exercício de autodefesa, pois se assim fosse, dar-se-ia aval para o cometimento de crimes, afrontando a ordem pública.*

*(...)*

*Dessa forma, provadas materialidade e autoria, era mesmo de rigor a condenação do acusado, atentando-se que os depoimentos dos informantes e testemunhas de defesa não tiveram o condão de superar os demais elementos probatórios.*

*De igual modo, não há que se falar em ausência de prejuízo ao bem jurídico tutelado eis que o delito se consumou.*

*Assim, passa-se à análise da reprimenda.*

*Na primeira fase, a douta magistrada singular considerou ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixando a pena base no mínimo legal, ou seja, dois anos de reclusão e pagamento de dez dias multa, no mínimo legal a diária.*

*Na segunda fase, inviável reconhecer-se a atenuante da confissão espontânea, já que houve a retratação desta em juízo.*

*Ademais, ainda que se pudesse considerar a atenuante da confissão espontânea, pela preponderância da reincidência (certidão de fls.12/13), nos termos do artigo 67 do Código Penal, inviável a compensação entre as duas circunstâncias.*

*Dessa forma, a pena foi exasperada de 1/6 pela reincidência, totalizando, definitivamente, dois anos e quatro meses de reclusão mais pagamento de onze dias multa no mínimo legal a diária.*

*Observo que não é o caso de reconhecer-se a causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior, eis que não houve reparação do dano, mesmo porque o acusado em juízo negou a prática delitiva.*

*Por outro lado, tendo em vista a reincidência do acusado e a gravidade em concreto de sua conduta, que fazia uso do documento falso, com vistas a se furta à aplicação da lei, de rigor a fixação do regime inicial semiaberto, para a devida repressão e prevenção ao crime em tela, com fulcro no artigo 33, §3º do Código Penal.*

*Além disso, no caso em tela a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito não se revela suficiente nem socialmente recomendável, a teor do artigo 44, §3º do Código Penal, considerando as circunstâncias do crime, perpetrado para impedir a efetivação do mandado de prisão expedido em seu desfavor, em virtude de cometimento de crime anterior.*

*Pelo exposto, por meu voto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DEFENSIVO mantendo-se a r. decisão guerreada, por seus próprios e jurídicos fundamentos."*

De início, é certa a inadmissibilidade do enfrentamento da tese de absolvição do paciente por negativa de autoria e ausência de demonstração de materialidade do crime de uso de documento falso, ante o necessário afastamento do substrato fático em que se ampara a condenação, o que é incompatível com a via estreita do *habeas corpus*.

No mesmo sentido:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL. ENTÃO PREFEITO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. TRÂNSITO EM JULGADO. PLEITO DE NULIDADE PELA NÃO INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU ACERCA DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. NECESSÁRIO EXAME DA PROVA. ORDEM DENEGADA.*

*1. O reconhecimento de nulidades no curso do processo penal reclama uma efetiva demonstração do prejuízo à parte, sem a qual prevalecerá o princípio da instrumentalidade das formas positivado pelo art. 563 do CPP (pas de nullité sans grief).*

*2. Consolidada é a jurisprudencial desta Corte, no sentido de que a intimação pessoal do réu ou de seu defensor, a teor do art. 392, incisos I e II, do CPP, é obrigatória quando proferida sentença condenatória em primeiro grau de jurisdição. Já quanto aos acórdãos prolatados em segunda instância, a intimação se aperfeiçoa com a publicação do respectivo decisório no órgão oficial de imprensa.*

*3. "A intimação das decisões dos Tribunais perfaz-se com a publicação na imprensa oficial quando houver defensor constituído, a teor do § 1º do art. 370 do Código de Processo Penal" (STF, RHC 117.752, Rel. Min. ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/6/2015).*

*4. Quanto ao pleito de absolvição por ausência de provas, tem-se que, se a instância ordinária, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entendeu, de forma fundamentada, ser o réu autor do delito descrito na exordial acusatória, a análise das alegações concernentes ao pleito de absolvição demandaria exame*

*detido de provas, inviável em sede da angusta via eleita.*

5. Incabível *habeas corpus* objetivando discussão acerca de eventual perda de mandato eletivo, em decorrência de sentença condenatória, por não existir lesão ou ameaça ao direito de locomoção, condição indispensável para a impetração da ação constitucional (Súmula 694 do STF).

6. *Habeas corpus* denegado. (HC 425.554/SC, Rel. Ministro RIBERIO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 9/4/2018).

Noutro vértice, na esteira do parecer ministerial da lavra do douto Subprocurador-Geral da República NICOLAO DINO, às fls. 137/141, "inviável concluir pelo arrependimento posterior, pois as instâncias de origem assentaram que "não é o caso de reconhecer-se a causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior, eis que não houve reparação do dano, mesmo porque o acusado em juízo negou a prática delitiva" (fls. 109). Portanto, para que se possa concluir de forma diversa, aqui também seria necessário realizar nova incursão em fatos e provas, tarefa vedada na via estreita do *habeas corpus*".

No que pertine ao regime de cumprimento de pena, tampouco merece guarida o writ. É que tendo em vista a reincidência do ora paciente e a gravidade em concreto de sua conduta, de rigor a fixação do regime inicial semiaberto, *ex vi* do art. 33, § 3º, do Código Penal.

Por fim, quanto a execução provisória da pena, não há mais configurado interesse no pleito, posto consoante informações prestadas "foi expedido contramandado de prisão em cumprimento à r. decisão proferida pelo Excelso Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus nº 170.382/SP, no qual foi concedida a ordem, de ofício, para que Thiago aguardasse em liberdade o julgamento final das ADC's 43/DF e 44/DF ou o trânsito em julgado, o que ocorresse primeiro" (fls. 75 e 134).

Dessa forma, inexistente flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator